

# Contribuições da Economia Solidária para o Desenvolvimento Regional Sustentável:

o Caso da Incubadora Itecsol da Unijuí

**Marlise Sozio Vitcel<sup>1</sup>**

**Enise Barth Teixeira<sup>2</sup>**

**Fabio Roberto Moraes Lemes<sup>3</sup>**

**Denize Grzybovski<sup>4</sup>**

## Resumo

---

O presente estudo destaca a contribuição que um projeto de extensão universitária voltado ao estímulo à Economia Solidária (ES) pode apresentar ao desenvolvimento, sobretudo na combinação deste com a construção de cidadania e emancipação humana. O estudo descreve e analisa ações desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (Itecsol), da Unijuí/RS, na assessoria a grupos e na articulação do movimento de ES. A investigação empírica, do tipo estudo de caso, é uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa dos dados, alicerçada em pesquisa documental. Os resultados revelam a ES como uma forma organizacional que promove a interação de pesquisadores com a realidade local, articulando ações universitárias aos movimentos e grupos sociais, bem como as ações solidárias interdisciplinares. Pode-se concluir que, formas alternativas de organização econômica, elaboradas a partir das condições locais, remetem gestores públicos e privados a conhecer e analisar as condições de um dado território. Dessa análise emergem ações que promovem melhorias na sociedade, modificando níveis de renda e as formas de organização do processo produtivo.

**Palavras-chave:** Incubadora. Economia Solidária. Desenvolvimento regional sustentável.

---

<sup>1</sup> Servidora pública federal, técnica-administrativa da UFFS campus Cerro Largo. Economista pela Unijuí e pós-graduanda *lato sensu* em Educação Ambiental na UFSM. marlise.vitcel@gmail.com

<sup>2</sup> Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). enise@unijui.edu.br

<sup>3</sup> Professor Universitário da Fahor de Horizontina e Fema de Santa Rosa. Economista e mestre em Desenvolvimento pela Unijuí. lemescst@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professora da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutora em Administração (Ufla). gdenize@upf.br

## **Abstract**

---

This study shows the contribution that a university extension project aimed at stimulating the Solidarity Economy (SE) may present the development, especially in combination with the construction of citizenship and human emancipation. The study describes and analyzes the actions developed by the Incubator of Solidarity Economy, Social Development and Technology (Itcsol) of Unijuí / RS, in advising groups and the articulation of the movement of ES. The empirical research, the type of case study is an exploratory and descriptive study, qualitative data, based on documentary research. The results show the ES as an organizational form that promotes the interaction of researchers with local realities, linking university actions on movements and social groups, as well as solidarity actions across disciplines. It can be concluded that alternative forms of economic organization, tailored to the local conditions, lead public and private managers to understand and analyze the conditions of a given territory. From this analysis emerge from actions that promote improvements to society, changing income levels and forms of organization of the production process.

**Keywords:** Incubator. Solidarity Economy. Sustainable regional development.

Algumas das temáticas que se destacam atualmente no debate e na produção científica nas áreas de administração e planejamento regional são as formas de organização da sociedade e os projetos que propõem a superação da concepção de crescimento econômico para desenvolvimento sustentável. A razão está nas profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas que ocorreram, em especial a partir da década de 90 do século 20, as quais provocaram alterações no modo de organização do trabalho, centrado no sistema taylorista/fordista, que se mostrou esgotado por não conseguir novos incrementos de produtividade. Por conseguinte, o desemprego, o acirramento da concorrência internacional, a redução das barreiras comerciais passaram a ser problemas enfrentados concomitantemente com a emergência de um contexto de reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilidade da produção e dos regulamentos e práticas do mercado de trabalho, bem como pela combinação da automação microeletrônica e novas relações de trabalho.

Nesse sentido, as discussões científicas migraram de crescimento para desenvolvimento sustentável e revelaram novas preocupações analíticas, dentre as quais a Economia Solidária (ES). Pensar ações solidárias no âmbito da cooperação é pensar num mecanismo social minimizador do desemprego capaz de prover renda a uma parcela significativa da sociedade sem, contudo, seguir a lógica do crescimento econômico.

O presente artigo busca apresentar a contribuição que um projeto de extensão da Unijuí, voltado ao estímulo à Economia Solidária (ES) na região Noroeste do Rio Grande do Sul, pode oferecer ao desenvolvimento regional de forma sustentável, sobretudo na combinação de desenvolvimento com construção de cidadania e emancipação humana.

O projeto “Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social”, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Itesol/Unijuí), iniciado em abril de 2004, se constitui em uma ação que busca, a partir da assessoria e apoio a empre-

endimentos de economia solidária (EES), influenciar na visão e estratégias de desenvolvimento regional sustentável. Para tanto, concilia os diferentes saberes (popular, científico), por meio do incentivo ao empoderamento dos atores sociais que compõem os EES, e articula parcerias com outros setores sociais. Desta forma, a abordagem teórica é interdisciplinar da realidade, uma vez que o projeto foi realizado por equipes de trabalho com formação técnica e acadêmica em diversas áreas do conhecimento.

O artigo estrutura-se em quatro partes textuais, apresentando nas duas primeiras um quadro teórico de referência, com conceitos de desenvolvimento centrado na sustentabilidade e nos espaços locais, e o debate sobre o conceito de economia solidária enfatizando uma proposta de desenvolvimento a partir da autogestão e da solidariedade. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados na investigação empírica. A seguir, são abordados e analisados os dados relativos ao projeto supracitado, contextualizando sua formação, seus eixos de ação e resultados obtidos. Por fim, discute-se a relação e contribuição deste caso estudado sobre economia solidária com o conceito de desenvolvimento regional sustentável.

## **Desenvolvimento Regional Sustentável**

A conceituação de desenvolvimento não é tema esgotado na sociedade, tampouco consensuado. Os adeptos das teorias liberais acreditam no desenvolvimento como algo natural ao sistema de livre-mercado, ou seja, havendo crescimento econômico, automaticamente haverá desenvolvimento. Os autodenominados pós-modernos descartam esta ideia por acreditarem que o desenvolvimento nada mais é do que “uma armadilha ideológica para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas” (Sachs, 2004, p. 26).

Para haver de fato um desenvolvimento satisfatório, Sen (2000) adverte ser necessário remover as principais fontes de privação de liberdade, ou seja, a pobreza e a tirania; a carência de oportunidades econômicas e a destituição social sistemática; a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Na mesma concepção, Sachs (2004) argumenta contra o modelo de crescimento predominante por quase todo o século 20, pois considera que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento por não ampliar os postos de trabalho, não reduzir a pobreza e não atenuar as desigualdades. O mesmo autor expressa que as variáveis igualdade, equidade e solidariedade são inerentes ao conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para o pensamento econômico, pois é preciso harmonizar objetivos sociais, ambientais e econômicos e garantir condições de vida às gerações futuras (Sachs, 2008).

Posições diametralmente opostas entre desenvolvimento e crescimento existem (Dallabrida, 2010), assim como também existem elevados custos sociais na promoção exclusiva do crescimento econômico, o que fez críticos mundiais refletirem sobre as estratégias de economia de recursos (urbanos e rurais) para além do jogo de mercado (Sachs, 2008; Dallabrida, 2010). O desenvolvimento econômico, afirma Castro (1967), não é capaz de atender às necessidades de todos, pois, ao mesmo tempo em que gera riquezas, cria discrepâncias na distribuição da renda, em decorrência da propriedade privada dos meios de produção, da qual decorre o problema da fome.

A respeito disso, Veiga (2007) salienta que seria incorreto pensar que o crescimento econômico não seja fundamental, principalmente em países periféricos. Entende, entretanto, como imprópria a relação que se costuma fazer entre lentidão de crescimento e ausência de desenvolvimento. Para este autor, do ponto de vista social, o maior desafio é tornar a riqueza gerada na sociedade de fato um instrumento para que as pessoas excluídas das condições elementares de vida moderna possam usufruir

destas conquistas. A proposta é por um modelo de desenvolvimento global, com menos assimetrias, tanto entre “sul” e “norte” como entre as “ilhas de riqueza” em meio aos “oceanos de pobreza” mundo afora, que, na visão de Sachs (2004), é um modelo de desenvolvimento incluyente.

O desenvolvimento, atualmente em destaque nos principais debates mundiais, em todas as instâncias (política, econômica, social, ambiental, entre outras) tem sido qualificado de diversas formas. Para Vasconcelos et al. (2007), os qualificativos mais usuais relativos ao desenvolvimento, são: solidário, endógeno, local, regional. São eles que auxiliam a compreender alternativas ao desenvolvimento, as quais Sachs (2004) denomina de “economicismo redutor”.

Ao debater o desenvolvimento regional sustentável, pressupõem-se ações públicas e privadas, em processos envolvendo cooperação ou não, para manutenção das condições do meio ambiente (biodiversidade) e sobrevivência das organizações num dado território. Para a ocorrência desse tipo de desenvolvimento faz-se necessário discutir a cooperação estratégica entre instituições, organizações e sociedade (Tedesco; Campos, 2001), uma vez que o bom desempenho de um reflete noutro. A verdadeira cooperação, entretanto, vai acontecer pela boa vontade, mobilização, pensamento coletivo e a mudança de concepção de desenvolvimento em favor de práticas solidárias que envolvem a comunidade, seus atores, lideranças e as forças que compõem a sociedade local/regional capazes de maximizar o processo cooperativo e econômico. Nessa linha de pensamento pode-se alocar as concepções de cooperação voluntária impressas por Putnam (2000).

É o enraizamento local sem deixar de absorver ou apropriar-se de novos saberes/referenciais; a dinâmica “geral” não se encerra no “local”, afirmam Tedesco e Campos (2001).

Nas palavras de Sachs (2008, p. 76), o êxito das ações solidárias e cooperativas está “na necessária transformação dos resultados da negociação em um contrato entre os *stakeholders*”; é uma “gestão negociada e

contratual dos recursos” que promove o desenvolvimento efetivo e pleno. O crescimento, por sua vez, se dá “de dentro para fora” (Barquero, 2001). Os processos de inovação, o formato organizacional, a formação de redes, o desenvolvimento urbano e a dinâmica institucional, se constituem em mecanismos que influenciam os processos de acumulação de capital, e, quando ocorre uma interação entre esses fatores, produz-se um efeito sinérgico capaz de condicionar o crescimento e o progresso das cidades, regiões e países.

Por sua vez, o desenvolvimento endógeno surge como reação ao paradigma produtivo fordista e a difusão de inovações tecnológicas “centro-periferia” (Vasconcelos et al., 2007). Um dos pontos centrais da teoria do desenvolvimento endógeno, na visão de Barquero (2001), reside no fato dos sistemas de empresas locais e as relações entre estas criarem condições capazes de produzir os processos de crescimento e mudança estrutural nas economias locais e regionais.

Quanto ao conceito de desenvolvimento socioambiental, Veiga (2007) considera necessário superar as contradições entre as necessidades sociais e os limites ambientais. No campo social, mesmo fazendo uma crítica ao conceito de crescimento econômico, expresso no PIB, não nega a necessidade de aumento da riqueza na sociedade, sobretudo naquelas em que as demandas sociais são mais elevadas. Afirma, no entanto, que este crescimento, mesmo com distribuição de renda, não é sustentável.

Neste sentido, explicita que “no contexto do século 21, o mais importante de todos [os alvos prioritários] só pode ser a construção de um profícuo sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I)” (p. 24), pois a sustentabilidade ambiental de qualquer estilo de crescimento econômico depende de descobertas científicas, novas tecnologias e consequentes inovações que deem bases ao modelo. Sem os impactos inovadores de um poderoso sistema de C&T, o crescimento do PIB, de forma durável e com taxas robustas não basta. É necessário criar e disseminar conheci-

mento científico, traduzido em processos e produtos, que possibilitem a superação das contradições do modelo dominante, permitindo um novo processo de desenvolvimento socioambientalmente sustentável.

Desenvolvimento socioambiental sustentável é uma necessidade global (Sachs, 2004; 2008; Veiga, 2007). Para suprir essa necessidade, no entanto, é preciso compreendê-la a partir dos processos locais de desenvolvimento. A economia solidária apresenta-se como alternativa satisfatória, configurando-se numa nova forma de relação entre propriedade dos meios de produção, trabalho e trabalhadores, que determina novos processos de trabalho e novas racionalidades no campo socioeconômico (Tedesco; Campos, 2001) em favor do desenvolvimento regional sustentável.

## **Economia Solidária**

A expressão economia solidária foi inicialmente utilizada e conceituada pelo economista e professor Paul Singer, mas o meio acadêmico indica que o campo de análise e de ações efetivas de solidarismo está ganhando corpo no meio social e popular, caracterizando experiências concretas, ainda que limitadas (Tedesco; Campos, 2001). Economia solidária passou a ser a expressão empregada, tanto no ambiente acadêmico quanto nos movimentos sociais, para explicitar programaticamente uma forma de organização econômica (Lechat, 2004) no espaço social denominado “terceiro setor”, o qual é permeado pelas relações sociais que se apresentam na sociedade civil objetivando o bem-comum (Tedesco; Campos, 2001).

No entendimento de Singer (1998, p. 125), a economia solidária

deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a



autorealização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista – haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção.

Levando em conta o pensamento de Paul Singer, a economia solidária difere substancialmente da racionalidade da empresa privada e assemelha-se às primeiras experiências cooperativistas. O cooperativismo tem como marco simbólico a fundação da Cooperativa Matriz de Rochdale, no século 19, na Inglaterra. É das práticas desta cooperativa que se formaram os princípios do cooperativismo, instituídos em 1938 no congresso da Aliança Cooperativa Internacional, os quais consolidaram a livre-entrada ou saída de cooperados, a gestão democrática na qual cada associado tem direito a apenas um voto, há limite à remuneração do capital (juros) e a distribuição de sobras se dá de forma equitativa (Frantz, 2005).

No contexto brasileiro, a partir de 2003 o governo federal instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), anexo ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que iniciou um amplo processo de identificação das experiências que poderiam ser caracterizadas de economia solidária, visando a constituir um sistema nacional de informações sobre as mesmas (Senaes, 2004). A Senaes elencou um conjunto de características, que moldam o conceito de aplicação prática e contextualizada à realidade brasileira como proposta socioeconômica alternativa à racionalidade capitalista predominante.

De acordo com a Senaes (2004; 2006), por economia solidária entendem-se todas as ações de organização coletivas, de caráter permanente, que podem dispor ou não de registro legal. São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, serviços, comercialização, crédito e autoconsumo, podendo ainda ser organizações econômicas simples ou complexas.

Lisboa (2005), no entanto, designa-a como sendo resultado de diversas práticas desenvolvidas, principalmente na agricultura familiar, empresas recuperadas, cooperativas, rede de catadores de lixo, etc. Para este autor, essas práticas estavam fragmentadas e a expressão economia solidária se constituiu num aglutinador de todo o tipo de atividades cooperacionistas solidárias, permitindo articulá-las em torno de um amplo movimento social.

Outra visão foca o conceito no espaço econômico e político que a ES pode ocupar para definir o papel que ela pode desempenhar. Segundo Brum (2003), a economia solidária não é uma economia liberal de mercado, bem como não se configura numa economia planificada, de cunho estatal. Seu posicionamento deve-se ao fato de que a economia de mercado não cumpriu suas promessas em termos sociais e que o modelo de redistribuição da riqueza, baseado na economia estatal, desapareceu do cenário mundial no final do século 20, ficando um amplo espaço para ser ocupado por uma outra forma de economia, a da reciprocidade. Essa é a economia solidária, que reafirma as relações sociais e a produção para a satisfação das necessidades (Brum, 2003).

Para Montchane (2007), esta forma de economia constitui no interior do capitalismo uma espécie de “objeto não identificado”, que acumula paradoxos. Referindo-se com mais propriedade à chamada economia social, existente na Europa, este estudioso entende que as grandes instituições deste tipo “proclamam-se diferentes de suas homólogas capitalistas, porém disso nem sempre há prova explícita ou convincente” (p. 8). Pode-se dizer, certamente, que o que distingue os empreendimentos econômicos solidários (EES) de outras formas econômicas é a propriedade coletiva dos meios de produção e a forma de apropriação dos resultados.

Tedesco e Campos (2001) acreditam que a vivência de práticas de ES, os propósitos e as conquistas de quem se considera parte deste movimento social estão em construção, constituindo-se em fatores que mobilizam e determinam reações diante da realidade em que a sociedade está inserida, ou seja, do modo de produção capitalista.

Neste sentido, um importante marco na definição do que pretende ser a economia solidária foi a I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em junho de 2006 em Brasília. Esta conferência foi um espaço de discussão convocado pelo poder público (em especial o Ministério de Trabalho e Emprego) e reuniu 1.073 delegados representando EES, entidades de apoio e gestores públicos de todo país. No documento final que relata os encaminhamentos da Conferência, o primeiro eixo temático é dedicado a apresentar os fundamentos e o papel da economia solidária na construção do desenvolvimento sustentável. Este eixo é composto de 22 itens, que buscam contemplar a diversidade do conceito, sendo que um deles sintetiza a proposição:

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada de capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e de consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (Senaes, 2006, p. 57).

Tais fundamentos expõem o desejo dos atores de EES e de ações solidárias e cooperacionistas, de que as práticas de economia solidária não sejam apenas intermediárias e compensatórias. No presente momento, porém, as preocupações estão voltadas prioritariamente para a sobrevivência da ideia e de seus principais atores, os quais se expressam em favor de elencar prioridades e definir estratégias de atuação para a definição de políticas públicas, instituição de programas e mecanismos de participação e controle social para além de crescimento e desenvolvimento econômico.

## Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa (Triviños, 1987), pelo fato de enfatizar características dos fatos sociais estudados e por tentar responder a questões particulares (Minayo, 1994) inerentes ao universo de significados de práticas da economia solidária vinculados ao conceito de desenvolvimento regional sustentável. Essa abordagem aprofunda-se no mundo dos significados das relações humanas e suas intrincadas relações sociais.

O estudo, em termos de seus objetivos, é exploratório e descritivo. Apoiando-se em Vergara (1997), afirma-se que a pesquisa é exploratória, pois se tem pouco conhecimento acumulado no que se refere a experiências de incubadoras de economia solidária. É, também, uma pesquisa descritiva, uma vez que se faz detalhadamente uma descrição das ações e atividades desenvolvidas pela incubadora estudada. Este método de pesquisa facilita o entendimento e aproxima o objeto estudado da realidade de quem está buscando um primeiro contato com a pesquisa.

Os procedimentos técnicos adotados seguem os pressupostos da pesquisa documental, pois foram analisados relatórios e demais documentos disponibilizados pela incubadora, bem como documentos, regulamentos e páginas eletrônicas da Unijuí, instituição de ensino superior responsável pela elaboração e execução do projeto de extensão. Ambos são fontes secundárias da investigação.

O presente artigo pode ainda ser definido como um estudo de caso, de acordo com Yin (2001), porque se centrou nas atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social, da Unijuí.

## Apresentação e Análise dos Resultados

Ao cumprir sua missão institucional de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) está também contribuindo com o desenvolvi-

mento da comunidade na qual se encontra inserida. Neste item do estudo busca-se descrever uma prática de extensão que vai ao encontro desta missão universitária. Para tal faz-se necessário compreender o contexto em que se encontra a experiência a ser relatada. Assim, versa-se sobre a Unijuí enquanto universidade comunitária, posteriormente resgata-se o histórico do projeto de extensão Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (Itecsol), discorre-se sobre as ações desenvolvidas no âmbito do projeto e por fim salientam-se as contribuições que esta prática desvela ao desenvolvimento local/regional.

## **Unijuí: uma universidade comunitária**

O Estado do Rio Grande do Sul distingue-se do sistema educacional de nível superior do Brasil pela existência das “universidades comunitárias”, além das instituições de ensino superior (IES) federais, particulares, confessionais e estaduais. As universidades comunitárias são definidas como instituições que prestam serviço público, de interesse coletivo e sem fins lucrativos, porém tendo sua sustentabilidade alicerçada na comunidade à qual presta tal serviço. As principais diferenças entre uma universidade meramente privada, é que as IESs comunitárias, apesar de serem de capital privado, geralmente pertencentes a uma fundação mantenedora, possuem como alicerces de funcionamento a transparência administrativa, a austeridade da gestão financeira, o controle público de suas atividades, a ênfase no desenvolvimento da comunidade local e regional e o desenvolvimento das atividades sem fins lucrativos.

A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), que tem a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene) como mantenedora, insere-se no conjunto de IESs brasileiras consideradas privadas, porém enquadradas na categoria de “comunitárias”.

Na visão de Allebrandt e Teixeira (2005), as universidades comunitárias afastam-se da lógica de lucro empresarial. Apesar de não serem organizações estatais, têm características que as determinam como públicas, pois seus bens não têm propriedade privada e seu gerenciamento é autogerido, além de apresentarem um profundo comprometimento com a região em que estão inseridas. Estas instituições estão sendo denominadas de comunitárias ou, ainda, de públicas não estatais e suas características comunitárias estão presentes no planejamento e nas ações.

Na Unijuí essas características perpassam sua visão institucional com a intenção de “consolidar-se como universidade comunitária, pública não estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região” (Unijuí, 2009). Enquanto IESs com atuação regional, é comprometida com o objetivo de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo em prol do desenvolvimento regional, atuando em sintonia com as políticas públicas nos diferentes municípios membros da sua região (Noroeste Colonial). O faz fomentando projetos e realizações da comunidade, muitas vezes por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para que a comunidade local e regional se desenvolva. Caracteriza-se pela sua filantropia, democratização dos fóruns de decisão e envolvimento social com a comunidade.

A Unijuí, assim como o ensino superior na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, têm sua origem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (Fafi), instalada em 1957, mantida na época pela Sociedade Literária São Boaventura, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Em 1969, com a doação do patrimônio inicial para a constituição de uma fundação de caráter regional e leiga, surge a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene). Em 1985 alcança a condição de Universidade de Ijuí, autorizada e reconhecida pelo Ministério da Educação. O caráter regional da Universidade amplia-se a partir de 1991.

De sua gestão participam lideranças de diferentes segmentos da comunidade, que asseguram efetiva representatividade da sociedade regional em todas as instâncias, com destaque para os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Curador, Conselho Diretor e Conselho Comunitário. Esta filosofia de gestão está assegurada nos conselhos superiores de todas as demais mantidas da Fidene (Unijuí, 2009). É uma universidade cuja ligação com a comunidade se caracteriza como a sua principal razão. A extensão, portanto, é um eixo relevante na fundação e estabelecimento desta instituição. Hoje ainda, a indissociabilidade da extensão, do ensino e da pesquisa é o princípio norteador desta IES.

## **O Projeto de Extensão “Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social”**

### ***Histórico da Itecsol***

Ciente de sua responsabilidade para com a região, em 2003 a Unijuí elabora uma proposta para disputar os recursos do edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), em parceria com a Fundação de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho (Unitrabalho) e aprova internamente um projeto de extensão denominado Incubadora de Economia Solidária, integrante do Programa de Extensão Cidadania e Movimentos Sociais – Trabalho e Inclusão Social. Uma vez aprovados o projeto e os recursos, a Incubadora é instalada em abril de 2004, consolidando-se como um projeto de extensão interdepartamental, envolvendo em um primeiro momento os departamentos de Ciências Sociais (DCS) e de Economia e Contabilidade (DECon).

Em 2005 foram repassados recursos do Proninc via Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia (Finep/MCT). Estes recursos permitiram à Incubadora constituir uma equipe

multidisciplinar para desenvolver atividades com eixos centrais de atuação na assessoria e incubação de EES, articulação de fóruns e movimento de ES, formação e capacitação de agentes de promoção de EES e dos sócios dos EES da região Noroeste do RS, formação de redes de comercialização e consumo solidário dos produtos e serviços da ES.

Ainda em 2005 a equipe da Incubadora inseriu-se no Mapeamento Nacional de EES, organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), visitando e mapeando 276 EES em 54 municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul, e em 2007, na segunda edição do mapeamento, foi responsável pelo levantamento de mais 101 EES, em 20 municípios.

Em 2006, o projeto de extensão passou a contar com os departamentos de Estudos da Administração (DEAd) e de Pedagogia (Depe). Em 2007 aprovou pela segunda vez um projeto em edital do Proninc, com recursos da Finep/MCT que permitiu ampliar sua estrutura, equipe e abrangência. Neste sentido, propôs-se a trabalhar, para além das atividades anteriormente mencionadas, com políticas públicas, em especial com o público beneficiário do Programa Bolsa Família, além de institucionalizar seu papel no debate sobre estratégias de desenvolvimento e a contribuição das tecnologias sociais neste processo. Em razão disso, o projeto passou a se denominar “Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da Unijuí (Itecsol)”. Nesta nova fase de atuação o projeto buscou a confecção de um logotipo próprio que o caracterizasse.



Figura 1:  
Logotipo da Itecsol

Fonte:  
Base de dados da Itecsol.



A intenção, na criação deste logotipo, foi representar um jovem, visto que este público cada vez mais está se inserindo na Economia Solidária, uma mulher, para discutir também a questão de gênero e inserção feminina produtiva, e um trabalhador do campo.

Ao longo deste período compôs a equipe da incubadora um conjunto de professores, técnicos e estudantes de diversas áreas, como Sociologia, Economia, Contabilidade, Administração, Serviço Social, Pedagogia, História, Comunicação Social, Psicologia, Agronomia, Medicina Veterinária, Informática, entre outras, gerando conhecimentos e aprendizagens numa abordagem interdisciplinar.

### ***Ações Desenvolvidas***

No processo metodológico de desempenho de suas atividades a Itecsol balizou sua organização em cinco eixos de atuação:

- a) incubação/assessoria a EES;
- b) divulgação e promoção da ES;
- c) formação e qualificação técnica;
- d) comercialização e
- e) mapeamento de EES.

A atividade de *incubação* decorre de um processo instigado a partir da experiência institucional em ações similares, da reflexão teórica e da necessidade de sistematizar um processo para orientar a equipe executora. Assim, a Itecsol desenvolveu no decorrer de suas atividades um “processo de incubação”, que se constitui em três estágios: pré-incubação, incubação e pós-incubação.

A *pré-incubação* inicia-se quando verbalmente representantes de EES demandam ao Fórum de Economia Solidária ou diretamente à Incubadora (que posteriormente busca aval no Fórum) a necessidade da incubação.

Este EES recebe a visita de um assessor e então se discute os compromissos entre a incubadora e o EES e formaliza-se o pedido de incubação. Após esse momento realiza-se um diagnóstico do EES e de seu quadro social. Este diagnóstico é participativo, busca dar visibilidade à realidade do EES, discutir sua viabilidade econômica e relevância social.

No caso de um EES em formação, primeiramente se realiza o contato com possíveis interessados, reúne-se grupos que mostram interesse, discute-se a necessidade de formar o EES. Assim que um grupo assume esta necessidade, inicia-se a fase do diagnóstico. Em ambos os casos, posteriormente são elaboradas propostas de ação que irão orientar o processo de incubação.

A incubação inicia-se pela realização de um planejamento participativo, que determinará as ações a serem desenvolvidas, tanto pela incubadora quanto pelo EES. O processo continua com o acompanhamento sistemático do empreendimento por assessores técnicos e estudantes, que atuam em reuniões ordinárias e extraordinárias dos EES e, por vezes, realizam dinâmicas de grupo, promovendo orientações de apoio sociofamiliar, buscando qualificar o diagnóstico e desenvolver ações de integração no grupo.

Os assessores propõem oficinas temáticas de acordo com as demandas apresentadas. Estas são realizadas destacando os princípios do associativismo, do cooperativismo, da autogestão, além de trazer conhecimentos técnicos específicos, voltados à qualificação profissional, melhoria de processos, produtos e gestão. Aqueles EES que apresentam um avanço na sua capacidade de autogestão e que têm resolvidas as demandas técnicas que determinaram a solicitação de incubação passam para uma fase de pós-incubação. Não há um tempo definido para a incubação, porém esta se caracteriza por um período em que cabe mais à Incubadora provocar o desenvolvimento das atividades, sendo que no momento em que a ação do EES já supera os estímulos dessa etapa, este pode ser definido como no estágio da pós-incubação.

A *pós-incubação* consiste na realização de ações mais pontuais, a partir das demandas e das necessidades dos grupos. Os EES nesta fase já estão tendo um funcionamento regular de suas instâncias e as atividades econômicas permitem um nível mínimo de viabilidade do grupo.

A experiência concreta de incubação realizada pela Itecsol ocorreu em um primeiro momento com EES já em atividade nos seguintes setores:

- **Reciclagem:** Ecos do Verde – Associação de Coletores de Materiais Recicláveis do município de Santo Ângelo. Com mais de dez anos de atividades, está estruturada com dois espaços para realizar suas atividades, no perímetro urbano com estrutura administrativa e de comercialização dos materiais e no aterro sanitário;
- **Agricultura familiar:** Cooperativa dos Pequenos Produtores de Leite Linha Gramado Ltda. (Copeq) é um EES formalizado, que industrializa leite, produzido por famílias de pequenos agricultores associados no município de Panambi; Cooperativa de Produtores Familiares Agroecológicos e Coloniais do Noroeste do Estado (Natuagro), possui como membros pequenos agricultores familiares;
- **Alimentação:** com um projeto comunitário Padaria Vida Nova, com uma produção focada em pães, massas e bolos caseiros;
- **Serviços:** União Cooperativa de Serviços (Unicoos), cooperativa mista de trabalho, com diversos setores, como construção civil, serigrafia, costura, etc.

Em relação à formação de novos EES, desenvolveu-se a articulação de trabalhadores da reciclagem (catadores), que formaram a Acata (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí), um dos principais trabalhos de incubação desenvolvido, tanto pelas demandas do grupo, composto por trabalhadores socialmente fragilizados e sem um processo anterior de organização autogestionária, quanto pela demanda de diversas instituições para incentivar ações de empoderamento social.

Os resultados alcançados nesse processo de incubação foram significativos tanto na elaboração de políticas públicas voltadas à questão da reciclagem em Ijuí/RS quanto pela própria concepção da proposta de organização de EES voltados a beneficiários do Programa Bolsa Família, desenvolvida posteriormente pela Itecsol.

Para todas as experiências de incubação pode-se realizar uma análise específica, tendo em vista suas particularidades setoriais, suas trajetórias e formas de organização. De modo geral, destaca-se que as atividades de incubação desenvolvidas foram direcionadas a fortalecer os espaços de participação e tomadas de decisão dos associados, à elaboração de análises econômico-financeiras e mercadológicas, à qualificação profissional de associados, e ao incentivo à criação de uma cultura de planejamento a médio e longo prazos nestes EES. Além disto, incentivou-se a articulação em ações de rede setorial ou de ES, buscando construir políticas públicas em apoio às atividades dos grupos.

Entre ações específicas, pode-se destacar ainda o encaminhamento para assessorias jurídicas, contábeis, a captação de recursos via projetos e parcerias (com órgãos públicos e organizações privadas), a mediação entre os EES, a comunidade e o poder público e estratégias de comunicação, voltadas à imprensa e sociedade em geral.

Dentro das ações de incubação, mas com o recorte de beneficiários do Programa Bolsa Família, a Itecsol vem desenvolvendo dois convênios com municípios de sua área de abrangência (Ijuí e Catuípe), no qual se busca construir ações e políticas públicas em conjunto para este setor. Embora os resultados ainda sejam preliminares, já está em fase de incubação um grupo de alimentação no município de Catuípe, denominado Mulheres em Ação, formado a partir do convênio.

Em Ijuí, desenvolve-se um conjunto de ações visando à constituição de cinco a dez associações de catadores, tirando da informalidade estes trabalhadores da reciclagem. A fase inicial deste trabalho tem se

apoiada na experiência organizativa da Acata em Ijuí e de outros grupos em âmbito nacional e também em um cadastro de todos os catadores que atuam no município, que vem sendo realizado por uma equipe formada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Incubadora.

Esta ação já resultou na elaboração de metas dentro do Plano Plurianual (PPA) de Ijuí, concebidas com a participação do movimento de ES, sobretudo catadores. E a prefeitura, visando a dar mais apoio à ação, criou um programa municipal e uma equipe com representantes de diversas secretarias para cooperar com a Incubadora na ação.

Destaca-se ainda que a Itecsol, dentro de seus eixos de atuação, envolve-se, apoia e articula a realização dos fóruns de economia solidária nos âmbitos municipal e regional, bem como participa dos fóruns realizados nas esferas estadual e nacional. Efetivamente, contribui na organização e realização de 15 encontros regionais de EES, entidades de apoio e gestores públicos, que compõem o Fórum Regional de Economia Solidária, na região Noroeste Colonial e Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul.

Estes fóruns, além de serem importantes espaços de formação, constituem-se na referência organizativa para debater prioridades, que orientam a ação da própria Itecsol e de outras entidades de apoio, dialogam sobre políticas públicas e permitem o intercâmbio de conhecimentos entre os EES. O Fórum tem sido também um organismo de representação política do movimento de Economia Solidária no plano regional.

Dentro dos eixos de promoção da ES, a divulgação também se constitui em uma ferramenta importante, principalmente no sentido de contribuir para que a comunidade local/regional conheça as experiências de Economia Solidária, entenda seu significado e importância social. São produzidos *releases* semanais com notícias relacionadas à ES, enviadas para diversos meios de comunicação regionais, estaduais e mesmo nacionais. A própria incubadora possui um *site* que socializa informações

de materiais acerca da temática – <<http://www.itecsol.org.br>> – e, também, são produzidos informativos, *fôlderes*, faixas e *banners*, tanto para os EES quanto para atividades do projeto.

Pensando na comercialização dos produtos oriundos da Economia Solidária buscou-se criar uma dinâmica de feiras de Economia Solidária para servir como um espaço para a consolidação de um grupo de trabalhadores/produtores, em que é disponibilizado contato direto entre consumidores e feirantes para fortalecer os laços de solidariedade e consciência do comércio justo.

Atualmente, as feiras se popularizaram entre os feirantes e também consumidores, realizando-se no campus universitário da Unijuí mensalmente nos períodos letivos e se transformando em uma rede de comercialização denominada Feconsol. Neste espaço faz-se a experiência de trocas entre os grupos com moeda social, como incentivo ao consumo entre os feirantes. É realizado o acompanhamento dos faturamentos de cada feira, com a dinâmica de cada uma sendo construída pelos próprios feirantes, com apoio da incubadora, em reuniões prévias. Posteriormente, a cada feira há um processo de avaliação dos resultados. Participam deste grupo cerca de 20 feirantes, todos vinculados a associações de artesãos ou agricultores familiares, bem como de outros grupos, como catadores, participantes de projetos sociais, inclusive ligados à saúde mental. Realizaram-se, até o primeiro semestre de 2009, 17 edições da Feconsol.

Em relação às ações de formação e qualificação técnica, estas passam todas as demais, sendo que seu foco está nas atividades voltadas aos integrantes do EES, mas também aos apoiadores e equipes técnicas que de alguma forma assessoram empreendimentos. Podem-se destacar ações como um curso de 60 horas para gestores públicos da região, ciclos de estudos realizados periodicamente para integrantes da comunidade acadêmica, além das atividades de formação realizadas em fóruns, ou nas reuniões da Feconsol ou diretamente junto aos EES incubados. São realizadas ainda oficinas, palestras e participação em diversos espaços de debates, apresentando a proposta e as experiências da ES.

A Incubadora tem buscado a articulação da extensão, do ensino e da pesquisa, com a inserção de componentes curriculares nos cursos regulares (Graduação e Pós-Graduação), possibilitando a realização de estágios, monografias e dissertações; acolhido bolsistas de extensão e de pesquisa, proporcionando o intercâmbio de estudantes de universidades nacionais e internacionais e apoio à realização de mapeamentos e de pesquisas.

Destas ações, nos cinco anos de existência do projeto, já resultaram publicações de diversos trabalhos acadêmicos e de divulgação da ES, das quais se pode citar:

- seis cadernos da Coleção Economia Solidária, cada um com aproximadamente três artigos científicos;
- um catálogo com os empreendimentos econômicos solidários da Região Noroeste do RS;
- cinco *banners* sobre o trabalho da incubadora;
- mais de cem *releases* publicados em jornais regionais;
- seis artigos publicados em periódicos científicos;
- 50 trabalhos apresentados em eventos científicos;
- 24 artigos publicados em anais de eventos;
- cinco capítulos de livros.

Destaca-se ainda a produção de duas dissertações de Mestrado com a temática da Economia Solidária, focando especificamente nos EES assistidos, sob os títulos: “Contribuição da Economia Solidária ao Desenvolvimento Local: agricultores familiares feirantes e associações de catadores”, e “O Processo Organizativo e Educativo de uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis em Ijuí: o caso Acata Ijuí”.

Assim, empreendimentos da Economia Solidária, apoiados e com ações articuladas em conjunto com outros atores da sociedade, são instrumentos indutores de uma nova proposta de desenvolvimento. O de-

envolvimento é do tipo sustentável, incluyente, orientado por um pensamento coletivista de produção capaz de maximizar os resultados econômicos em prol do capital social, bem como de estabelecer um processo alternativo de trabalho.

## Considerações Finais

A discussão sobre desenvolvimento como um processo evolutivo, com ênfase nas dinâmicas dos atores em âmbito local e de práticas e ações cooperacionistas, configura uma visão do desenvolvimento que prima pela satisfação das necessidades socioambientais. Nesse contexto, a Economia Solidária contribui combinando ações em favor da melhoria das condições de vida dos atores sociais, sem comprometer estas condições no futuro e ao mesmo tempo atendendo de forma relativamente igualitária a todos os setores da sociedade.

As ações desenvolvidas pela Itecsol buscam a consolidação da proposta da Economia Solidária por meio do fortalecimento dos EES. Os resultados são tangíveis nas diversas frentes de atuação da Itecsol, com destaque para a produção de conhecimento científico a partir da análise das experiências e da contribuição ao ensino. Isso se dá na medida em que possibilita a interação de estudantes e professores com esta realidade, ou seja, articula as ações de extensão com ES junto à pesquisa e ao ensino, de forma interdisciplinar.

A forma como o projeto de Economia Solidária foi posto em prática pela Unijuí representa uma maior autonomia da comunidade perante o Estado, à medida que seus atores sociais deixam de ser “clientes” dos favores e passam a ser construtores de sua própria realidade e de novas políticas públicas, contribuindo de maneira geral para a democratização do Estado e universalização de ações de desenvolvimento.



Para os integrantes dos EES, as diferentes ações contribuem na geração de renda, que é uma das preocupações mais imediatas, mas de forma a permitir sustentabilidade das ações e empoderamento social, influenciando inclusive na construção de políticas públicas para os diferentes setores que compõem a ES.

Assim, entende-se que a ES pode, ao gerar renda, atuar na emancipação do ser humano, proporcionando aos trabalhadores dos EES espaços de cidadania. O potencial emancipatório que representam os EES organizados, discutindo sua realidade de trabalhadores e formas de contribuir no desenvolvimento, por si só já são uma conquista que deve ser incentivada, pois possibilita maior autonomia destes setores diante do mercado, o qual não revela preocupações com setores de menor inserção econômica.

No presente texto enfatizou-se a visão de desenvolvimento que coloca o ser humano, integralmente, como sujeito e finalidade da atividade econômica, em uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés de busca primordial pela acumulação privada de capital. Neste sentido, apresentou-se a economia solidária como uma proposta de desenvolvimento baseada na organização autogestionária dos trabalhadores, que visa à produção e comercialização de bens e serviços de forma inclusiva.

O texto sistematizou a experiência da Itecsol/Unijuí, que apostando nesta proposta, desenvolveu ações de incubação de EES e fortalecimento da organização de fóruns de Economia Solidária, visando a dar visibilidade ao setor, gerar renda aos associados e fomentar políticas públicas de apoio.

As temáticas desenvolvimento e Economia Solidária estão imbricadas na medida em que esta pode ser entendida como uma estratégia de promoção do desenvolvimento, considerando que formas alternativas de organização econômica elaboradas a partir das condições lo-

cais remetem os gestores públicos e privados a conhecerem a situação objetiva de um dado local/território/espço, suas características e dinâmica produtiva e organizacional. Dessa análise emergem ações que causam melhorias na sociedade por provocarem modificação nos níveis de renda e novas formas de organização do processo produtivo.

## Referências

ALLEBRANDT, S. L.; TEIXEIRA, E. B. Gestão social em organizações do terceiro setor: o caso da Unijuí. *Revista de Estudos de Administração*, n. 11, p. 47-54, jul./dez. 2005.

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.

BRUM, A. L. Economia solidária: elementos para compreensão. *Desenvolvimento em Questão*, n.1, p. 217-228, jan./mar. 2003.

CASTRO, J. *Geografia da fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

FRANTZ, W. *Reflexões e apontamentos sobre cooperativismo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção Cadernos Unijuí, Série Cooperativismo, 8).

LECHAT, N. M. P. *Trajatórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2004.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTCHANE, J. L. *Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?* Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib4.htm>>. Acesso em: 18 maio 2007.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Manual de Entrevista*. Brasília: MTE/Senaes, 2004.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília, 26 a 29 jun. 2006.

SINGER, P. I. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

TEDESCO, J. C.; CAMPOS, G. L. R. (Orgs.). *Economia solidária e reestruturação produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho*. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIJUI. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *Histórico*. Disponível em: <[www.unijui.edu.br](http://www.unijui.edu.br)>. Acesso em: jul. 2009.

VASCONCELOS, F. C. et al. Desenvolvimento, mudança cultural e a formação do comportamento empreendedor: um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.

VEIGA, J. E. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Senac, 2007.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 25/8/2010

Aceito em: 14/3/2011

